SUMÁRIO

PREFÁCIO XI

INTRODUÇÃO 1
Origem histórica 3
A figura do empresário 7

Capítulo I
O TRABALHO
1.1. Hipossuficiência do empresário 13

Capítulo II
DOS CONTRATOS DO EMPRESÁRIO COM OS
ATLETAS TREINADORES E CLUBES
2.1. Mandato 17
2.2. Contrato de Comissão 25
2.3. Contrato de Agência 29
2.4. Contrato de Corretagem 32
2.5. Contrato de Prestação de Serviços 37
2.6. Contrato de Mútuo 39
2.7. Características dos vínculos 40
2.8. Contrato atípico: Parceria entre empresários 41
2.9. Direitos econômicos 42

Capítulo III
REMUNERAÇÃO DO EMPRESÁRIO
3.1. Remuneração por Mandato 43
3.2. Remuneração por Comissão 44
3.3. Remuneração por Contrato de Agência 44
3.4. Remuneração de Contrato de Corretagem 45
3.5. Remuneração por Contrato de Prestação de Serviços 50
3.6. Remuneração por Contrato de Mútuo 51
3.7. Remuneração por Contrato de Parceria 54
3.8. Cessão de Crédito – Remuneração 54

Capítulo IV
DAS VEDAÇÕES DA LEI PELÉ
4.1. Proibição de direitos esportivos 55
4.2. Recebimento por vinculação de receita 56
4.3. Liberdade do trabalho esportivo 59
4.4. Obrigações abusivas..... 59
4.5. Fim social do contrato e boa-fé..... 60
4.6. Vínculo pela idade e tipo de contrato..... 61

Capítulo V
RESPONSABILIDADE DO EMPRESÁRIO
5.1. Responsabilidade em relação à natureza..... 69
5.2. Responsabilidade em relação à culpa 70
5.3. Responsabilidade na prática..... 70
5.4. Responsabilidade pré-contratual..... 72

Capítulo VI
RESPONSABILIDADE DOS DIRIGENTES
PERANTE OS EMPRESÁRIOS E ATLETAS
6.1. Empresários × Jogadores 80
6.2. Empresários × Empresários 81
6.3. Empresários × Entidades de prática desportiva 83
6.4. Empresários × Jornalistas 86

Capítulo VII
MULTA EM CONTRATOS FIRMADOS: VALE A PENA?
..... 89

Capítulo VIII
CONTRATOS DE PATROCÍNIO
..... 93

Capítulo IX
SISTEMA DESPORTIVO
9.1. FIFA e Lei Suíça 101

Capítulo X
FORMAS DE JURISDIÇÃO: PROCESSO ARBITRAL,
PROCESSO JUDICIAL E PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO
10.1. Arbitragem 105

10.2. Poder Judiciário 107
10.3. Tribunal Administrativo Privado..... 112
10.4. Conflito de Competência..... 115
10.5. Forma de revisão das decisões..... 118

Capítulo XI
EXECUÇÃO DAS DECISÕES E PRAZO PRESCRICIONAL
11.1. Prazo prescricional..... 122

Capítulo XII
FIFA E SEUS MECANISMOS DE DISPUTAS
12.1. A natureza do Tribunal da FIFA..... 128
12.2. Premissa: Partes escolheram o Tribunal da FIFA..... 129
12.3. Razões para se considerar Tribunal Arbitral: Regras aceitas..... 129
12.4. Razões para se considerar Tribunal Arbitral: Convenção de NY..... 132
12.5. Razões para se considerar Tribunal Arbitral: Imparcialidade e Independência 133
12.6. Importância da natureza do Tribunal 138
12.7. Procedimento administrativo: Quando escolhido pelas partes no contrato 141
12.8. Quando não escolhido pelas partes..... 142
12.9. CAS..... 143
12.10. Obrigatoriedade que depõe a favor da natureza arbitral 145

Capítulo XIII
CNRD
..... 147

Capítulo XIV
PRÓS E CONTRAS
..... 153

Capítulo XV
JUSTIÇA COMUM
15.1. Vedação da FIFA à Justiça Comum..... 169

Capítulo XVI
NORMAS APLICÁVEIS
16.1. Lei aplicável ao mérito: Justiça Comum..... 175

16.2. Norma aplicável ao mérito: Arbitragem 177

Capítulo XVII
REGULAMENTO DA FIFA:
MOTIVOS PARA NÃO SE REGULAMENTAR

17.1. Regulamento: Aplicabilidade apenas na arbitragem..... 183
17.2. Normas da regulamentação: Arbitragem internacional..... 184
17.3. Regulamento da CBF: Impossibilidade de aplicação judicial 188
17.4. Regulamento da CBF: Razões para pedir anulação do regulamento (ou parte dele) 192
17.5. Regulamento da CBF: Arbitragem..... 198

Capítulo XVIII
CONTRATOS INTERNACIONAIS
..... 201

Capítulo XIX
SAF E CLUBE EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
..... 203

Capítulo XX
CONCLUSÃO
..... 207

POSFÁCIO 209
BIBLIOGRAFIA..... 211